



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

Audição Regimental

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

19 DE DEZEMBRO DE 2018

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Entramos na quarta sessão legislativa desta legislatura assistindo à mais significativa recuperação das condições laborais em mais de 15 anos.

Esta recuperação é visível nos ganhos de emprego e de salários. Nas reduções recordes de desemprego. No aumento da população ativa.

São visíveis estas melhorias no setor público e no setor privado. No mais inclusivo dos processos de desenvolvimento a que assistimos em muitos anos em Portugal. Hoje não temos mais jovens contra



menos jovens; funcionários públicos contra privados; trabalhadores contra reformados.

Muitos dizem que este sucesso da sociedade portuguesa gerou expectativas.

Serão as expectativas ilegítimas? Claro que não.

Terão elas que ser atingidas a qualquer custo, em particular à custa das expectativas de outros cidadãos? Claro que não.

Estarão elas a ser satisfeitas, com sustentabilidade e rigor, através das políticas do Governo? Estamos convencidos de que sim.

Os resultados são indesmentíveis: a despesa com pessoal das Administrações Públicas aumentará 1.950 milhões de euros ao longo da legislatura. Nos 13 anos anteriores (desde 2002) esta despesa aumentou apenas 170 milhões de euros. São mais 11 vezes em apenas 4 anos do que nos 13 anos anteriores!



Mas mais: o salário horário médio dos trabalhadores da Administração Pública aumentou cerca de 20% em apenas 4 anos.

Muitas têm sido as medidas tomadas por este Governo para construir um futuro melhor para os portugueses.

Muitas têm sido as medidas para valorizar a Administração Pública e os seus trabalhadores. Sempre cumprindo do Programa de Governo. Sem nunca pôr em causa o futuro. Esse futuro que nos fugiu há alguns anos e que outras políticas não conseguiram encontrar.

Medidas orientadas pelos valores de um estado social forte, com capacidade de atuação efetiva e sustentável. Como o aumento dos recursos humanos em áreas chave da Administração.

Medidas que estimulam um processo de transformação contínuo e colaborativo da Administração Pública, realizado em conjunto e em diálogo entre Governo, trabalhadores e os seus representantes e os dirigentes públicos. Como todas as medidas que temos implementado que incentivam a inovação.



Medidas que não caem na tentação de querer retirar benefícios políticos precipitados, mas que correspondem aos investimentos certos no quadro dos recursos disponíveis e na evolução previsível e responsável da capacidade económica e financeira do país. Como é exemplo o descongelamento de carreiras, com rigor e sustentabilidade.

Medidas sustentadas numa avaliação prospetiva do futuro, na ponderação das condições do presente e na responsabilidade de quem contribui, com as decisões que toma, para que o caminho se faça com sustentabilidade e sem retrocessos. Como são a regularização do período normal de trabalho, com melhoria das condições laborais na Administração Pública.

Essa é a responsabilidade do Governo, esta é a responsabilidade de todos os que com o seu esforço e trabalho contribuem para a causa pública.



Só cumprindo é que um Governo tem credibilidade e traz confiança. Foi cumprindo que se conquistou a confiança no contexto nacional e o reconhecimento europeu e internacional.

É com esta convicção que temos governado e que temos tomado medidas que valorizam os trabalhadores, desenvolvem melhores ambientes de trabalho e melhores modelos de gestão pública.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados,

O Governo tem vindo a valorizar a Administração Pública: repusemos as 35 horas como período normal de trabalho para todos os trabalhadores, anulámos os cortes nos salários, acabámos com a requalificação, repusemos o pagamento das horas extraordinárias e das horas noturnas, descongelámos as carreiras e estamos a combater a precariedade.

Mais emprego, melhor emprego. Conhecem os senhores deputados melhor ideia para os trabalhadores portugueses?



Há cerca de mais 12 mil (+1,8%) funcionários públicos, só no SNS há mais 9 mil profissionais (+7% que em 2015)

A redução da precariedade na Administração Pública já permitiu a regularização de 12.675 contratos.

O descongelamento das progressões permitiu, já em 2018, que perto de 350 mil trabalhadores tenham registado valorizações salariais. Em 2019, com o novo biénio de avaliações e com o reposicionamento dos 70 mil trabalhadores com salários abaixo dos 635 euros, este número pode subir para mais de 500 mil.

Na Saúde:

- Reforço do número de enfermeiros (+3.950, o que equivale a +9,4%)
- Recuperação dos níveis remuneratórios e combate às situações de precariedade
- Harmonização completa do regime laboral dos enfermeiros em regime de contrato individual de trabalho face aos profissionais com contrato de trabalho em funções públicas



- Majorações ao trabalho suplementar e ao trabalho prestado nas horas de qualidade
- Diferenciação remuneratória dos enfermeiros especialistas
- Início da revisão da carreira de enfermagem

Algumas destas medidas estavam à espera há mais de 20 anos para serem tomadas.

Na Educação:

- Aumento do número de professores do ensino básico e secundário (+7.000 docentes)
- Melhoria dos rácios professor/aluno e maior estabilidade docente, com a redução do número de alunos por turma e a vinculação de docentes
- Aumento do número de assistentes operacionais, pela renovação de contratos (cerca de +3.000) e revisão da portaria dos rácios (cerca de +2.500)
- Descongelamento da carreira docente, voltando a pôr o cronómetro a contar desde janeiro de 2018. Progridem em 2018 cerca de 46.000 docentes.



Na Justiça:

- Alteração do Estatuto dos Magistrados Judiciais com a rutura do limite salarial por referência à remuneração do primeiro-ministro e consequente atualização salarial; o englobamento do subsídio de compensação na remuneração; a adoção de um regime transitório que assegure a neutralidade fiscal desse englobamento.
- Está em curso a revisão do Estatuto dos Oficiais de Justiça, e tem havido um reforço do seu número, face a 2015; o número de oficiais de justiça sobe +128 (+1,7%) estando em curso mais 400 admissões e da sua valorização através de mais de 600 promoções.
- O número de guardas prisionais subiu +250 (6+%), de 4.082 para 4.332.
- Portugal tem 1 guarda prisional para 2,9 reclusos, um rácio que compara positivamente com a média do Conselho da Europa (1 para 3,9), refletindo o efeito conjunto da redução de reclusos e



acréscimo de guardas prisionais e a melhoria das suas condições laborais

- Horário de trabalho mais benéfico: cumprimento de turnos de 8 horas de trabalho, salvaguarda dos períodos de descanso, assegurando o pagamento de todas as horas extraordinárias e do subsídio de turno

Na Administração Interna:

- Durante 2018 irão progredir, nas respetivas carreiras, cerca de 18.000 elementos das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna.
- Só em 2018 foram decididas e resolvidas várias questões pendentes no âmbito das forças e serviços de segurança como sejam:
 - Na PSP:
 - 1) homologação do parecer do Conselho Consultivo da PGR que garante a progressão após o período probatório e que abrange cerca de 3.144 agentes e subcomissários;



- 2) nomeação nas novas categorias criadas pelo novo Estatuto da PSP 90 Chefes Coordenadores e 90 Agentes Coordenadores;
- 3) pagamento em período de férias dos suplementos de serviço policial (a partir de 01 de janeiro de 2019).
- Na GNR: atribuição de até mais 3 dias de férias em função da avaliação e mérito do militar;
- No SEF: atualização dos suplementos de prevenção e piquete que se mantinham inalterados desde 2001.
- Este Governo já admitiu, em apenas 3 anos, mais elementos nas forças e serviços de segurança (GNR, PSP e SEF) que o anterior Governo em 4 anos: mais cerca de 22% de elementos em 3 anos.
- PSP: em 2018, as 1.500 promoções representam o número mais elevado desta década. Este Governo autorizou em 3 anos mais 25% de promoções que em 4 anos no Governo anterior.
- GNR: em 2018 as 1.846 promoções autorizadas representam um número de promoções bastante superior à média dos últimos 5 anos.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados,



Estes números são bem reveladores do investimento nos serviços públicos e nos seus trabalhadores que este Governo tem assumido de forma convicta.

É a responsabilidade por criar as condições de construir e garantir esse futuro melhor que obriga o Governo a ser responsável e a imprimir um ritmo sustentável de criação de condições. Para que os ganhos de hoje não se transformem rapidamente, como aconteceu no passado, em problemas no amanhã.

Por isso, vamos continuar a trabalhar com responsabilidade.

Prosseguindo a valorização dos trabalhadores em funções públicas, com a recuperação dos seus rendimentos, a revisão das suas carreiras para estimular percursos profissionais gratificantes, a qualificação e capacitação das pessoas ao longo da vida para que possam assumir novos desafios e se adaptem proativamente a novas exigências profissionais.

Vamos continuar a trabalhar para o desenvolvimento de líderes mobilizadores das suas equipas e, nesta linha de planeamento



sustentável do futuro, para o recrutamento de novos profissionais para rejuvenescer a Administração Pública e proporcionar melhores serviços públicos.

As oportunidades de aprendizagem são fundamentais e são particularmente alavancadas em bons ambientes de trabalho e através das metodologias de gestão adequadas.

É preciso gerir a Administração Pública, muitas vezes esquecemos que é preciso gerir a Administração Pública.

No primeiro semestre deste ano, foram realizados três encontros com especialistas e representantes dos trabalhadores sobre estes temas, para debater as melhores formas de atuação.

No último destes encontros o Governo anunciou a criação do Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública (SIIGeP) como forma de estimular a inovação e a experimentação.

O SIIGeP constitui um conjunto de medidas de incentivo à inovação na gestão que fomentem o trabalho colaborativo, a



experimentação, o reconhecimento e replicação de práticas que se traduzam em maior eficiência e qualidade no desempenho dos trabalhadores e dos serviços.

Encontram-se abertas as candidaturas tanto para o desenvolvimento de projetos experimentais quanto para a atribuição de prémios. Atualmente existem já inúmeras candidaturas ao desenvolvimento de projetos experimentais, algumas delas envolvendo a figura do “direito ao desafio”, e mais de vinte projetos já concretizados e candidatos aos prémios, repartidos pelas três dimensões previstas. Esta dinâmica demonstra o interesse dos trabalhadores e dirigentes neste tipo de iniciativas que pretende estimular novas formas de estar na Administração Pública.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados,

A Administração Pública consome cerca de 40% do Produto Interno Bruto em emprego, organização e produção de serviços e bens. É



necessário ter consciência desta expressão orçamental, não para afirmar que a Administração Pública custa muito, mas para melhor se compreender todo o vasto leque de investimentos que os serviços públicos representam e que têm necessariamente que ser compatibilizados com todas as necessidades que o Orçamento do Estado deve abordar.

Muito tem sido feito por este Governo, muito haverá ainda a fazer.

Todos nós temos a responsabilidade de refletir e de fazer as escolhas que nos garantam um futuro melhor na Administração Pública.

Escolhas que não nos façam voltar atrás, escolhas que compatibilizem direitos e investimentos, o presente e o futuro.

Passos sólidos e investimentos estratégicos e articulados, compatíveis com os recursos do país e garantindo à Administração Pública o futuro que desejamos para todos.



Muitos desafios permanecem vivos. Não demos, nem temos todas as respostas. Mas temos resultados. E hoje todos são parte destes resultados na Administração Pública.

Em 2019 a remuneração média na Administração Pública crescerá perto de 3,7%. As progressões na carreira serão uma realidade em dois anos consecutivos. Pela primeira vez em 10 anos.

Os trabalhadores com salários mais baixos beneficiarão de uma valorização adicional. Repondo um diferencial para com o salário mínimo nacional que se havia perdido nos últimos anos.

O Orçamento do Estado é uma responsabilidade de todos, financiado com a riqueza de todos, e deve ser pensado para todos. Este foi o princípio que trouxemos para o Programa do Governo. Estas foram as medidas com as quais o executamos.

Muito obrigado.